



PROJETO DE LEI Nº 131/2025

Pacajus – CE, 04 de novembro de 2025.

APROVADO
em 13.11.2025
[Assinatura]

**INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE SAÚDE
OCULAR ESTUDANTIL “OLHANDO PARA O
FUTURO”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PACAJUS**, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei::

CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Saúde Ocular Estudantil – “OLHANDO PARA O FUTURO”, a ser desenvolvido de forma integrada pelas Secretarias Municipais de Educação e Saúde, com o objetivo de promover o diagnóstico precoce, a prevenção e o tratamento de alterações visuais em estudantes da rede pública municipal de ensino.

Parágrafo único. O Programa “OLHANDO PARA O FUTURO” tem por finalidade assegurar o pleno desenvolvimento escolar, o bem-estar físico e social dos alunos, e a melhoria da qualidade da aprendizagem, mediante a detecção e correção de deficiências visuais.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art. 2º São objetivos do Programa “OLHANDO PARA O FUTURO”:

- I – Realizar triagens oftalmológicas periódicas nos estudantes da rede pública municipal;
- II – Garantir o acesso a consultas oftalmológicas e exames complementares;
- III – Disponibilizar gratuitamente óculos corretivos aos alunos que apresentarem prescrição médica;
- IV – Desenvolver ações educativas de conscientização sobre a saúde ocular;
- V – Estimular a articulação intersetorial entre saúde, educação e assistência social;
- VI – Promover o acompanhamento e a reavaliação anual dos alunos beneficiados.

[Assinatura]



CAPÍTULO III – DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

Art. 3º O Programa “OLHANDO PARA O FUTURO” compreenderá as seguintes etapas:

- I – Triagem visual, realizada nas escolas da rede pública municipal, por profissionais capacitados;
- II – Encaminhamento médico dos alunos com suspeita de deficiência visual à rede pública de saúde;
- III – Consulta e avaliação oftalmológica, com exames clínicos e de refração;
- IV – Fornecimento gratuito de óculos corretivos aos alunos diagnosticados com necessidade de uso;
- V – Acompanhamento e reavaliação anual dos estudantes atendidos.

§ 1º As triagens deverão ocorrer, preferencialmente, durante o primeiro semestre letivo de cada ano.

§ 2º As consultas e o fornecimento dos óculos seguirão cronograma físico-financeiro elaborado conjuntamente pelas Secretarias de Educação e de Saúde.

CAPÍTULO IV – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- I – Identificar e cadastrar os alunos da rede pública municipal, organizando o público-alvo;
- II – Garantir apoio logístico e de mobilização para as ações do programa;
- III – Sensibilizar professores, famílias e comunidades sobre a importância da saúde ocular.

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

- I – Coordenar as atividades clínicas e especializadas de triagem e atendimento;
- II – Disponibilizar os profissionais necessários à execução do programa;
- III – Manter controle técnico e estatístico das consultas e atendimentos realizados;
- IV – Garantir o fornecimento gratuito de óculos aos alunos prescritos, conforme disponibilidade orçamentária.

CAPÍTULO V – DAS PARCERIAS E COOPERAÇÕES



Art. 6º O Município poderá firmar convênios, termos de cooperação ou parcerias com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, visando à execução das ações previstas neste Programa.

§1º As instituições parceiras deverão comprovar:

- I – capacidade técnica e operacional;
- II – disponibilidade de serviços oftalmológicos próprios ou conveniados;
- III – mecanismos para fornecimento e controle de óculos corretivos;
- IV – plano de trabalho com metas, cronograma e indicadores de acompanhamento.

§2º O instrumento de parceria deverá conter a definição da população-alvo, das metas físicas e financeiras, dos fluxos de atendimento e dos meios de avaliação dos resultados.

CAPÍTULO VI – DO FINANCIAMENTO

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias das Secretarias envolvidas, podendo ser suplementadas, se necessário.

CAPÍTULO VII – DA REGULAMENTAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, por meio de decreto, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, podendo editar manual de procedimentos e protocolos de atendimento.

Art. 9º O Programa “OLHANDO PARA O FUTURO” poderá ser ampliado para incluir servidores da rede municipal de ensino e demais públicos vulneráveis, conforme disponibilidade orçamentária e interesse público.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDILSON DE CARVALHO LIMA

Prefeito Municipal